

GOVERNO

Enquanto o ministro palaciano Onyx Lorenzoni afirma que a mudança inédita nos comandos foi “minimamente traumática”, cúpula do oficialato acredita que o papel institucional das Forças Armadas está preservado. Analistas alertam para os riscos da politização na área

Hora de avaliar danos militares

» RENATO SOUZA

Para o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, a troca dos comandos das Forças Armadas ocorreu com a menor tensão possível, entre outras razões, por conta da dívida por “lealdade” que os militares tinham com o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo. A nomeação do general Paulo Sérgio para o comando do Exército, do almirante Almirante Garnier dos Santos para a Marinha, e do tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista Junior para a Aeronáutica esfriou a maior crise entre o governo e os militares dos últimos 50 anos. No entanto, especialistas ouvidos pelo *Correio* preveem novos embates.

Na visão de Onyx, a troca ocorreu em razão da chegada do ministro Braga Netto no Ministério da Defesa com a demissão do antecessor. “A maior honra que um comandante pode ter é chegar ao comando da Força Aérea, do Exército e da Marinha. Eles também tinham esse dever de solidariedade e de lealdade àquele que os nomeou, que foi o general Fernando. Então, eu acho muito natural e, se eu estivesse na condição de cada um deles, eu faria a mesma coisa, porque, uma vez que houve substituição no comando geral, que é o Ministério da Defesa, seria razoável que o novo ministro tivesse a liberdade de estruturar o comando das Forças de acordo com a sua opinião, a sua visão”, disse Onyx, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

Ele alegou que, apesar da troca inesperada, o que incomodou os militares, a mudança não gerou grandes traumas. “Em qualquer sistema, isso é perfeitamente possível. A maturidade dos comandantes militares fez com que a troca fosse minimamente traumática”, disse o ministro. Ele completou que o presidente exerceu a prerrogativa de liberdade de escolha. “A substituição de um ministro é direito do presidente. (...) Ele tem todo o direito de fazer substituições para que o conjunto funcione melhor e harmonicamente”, ressaltou Onyx.

Na avaliação dos militares, a demissão dos comandantes foi grave do ponto de vista institucional. Nos bastidores, generais entraram em alerta com as mudanças intempestivas, temendo

Alexandre Manfrim/Fotos Públicas



Almirante Garnier, general Paulo Sérgio e tenente-brigadeiro-do-ar Baptista Júnior assumem o comando das Forças: esforço para superar o mal-estar provocado com saída de Azevedo

O uso político das Forças Armadas é absolutamente inaceitável em um contexto de normalidade democrática. As Forças Armadas têm papel constitucional de servir ao Estado brasileiro

Conrado Gontijo, professor da USP

uma interferência política nas Forças Armadas. Eles fizeram chegar à imprensa e a entidades da sociedade civil, assim como a partidos políticos, de que havia uma movimentação fora da normalidade para emplacar apoio a sinais antidemocráticos.

No entanto, as escolhas efetuadas pela Presidência seguindo o critério de antiguidade, com nomes recomendados pelo oficialato, sinalizaram, ao menos neste momento, uma pausa nas tentativas de politização das Forças Armadas. A decisão do Planalto trouxe alívio momentâneo, pois interrompeu os embates que poderiam continuar se as trocas não agradassem a cúpula militar.

Escolhidos a partir de uma solução que agradasse tanto as Forças Armadas quanto o Palácio do

Planalto, os novos comandantes se reuniram com o presidente Jair Bolsonaro e buscaram tranquilizar seus pares. No Exército, a mensagem é de que a força permanecerá irredutível em sua missão institucional. As ações de combate à pandemia devem continuar no foco interno e externo, e a intenção é de que ocorra maior interação na troca de experiências entre os militares e o governo no combate a covid-19.

Illegalidade

O professor Conrado Gontijo, criminalista, doutor em direito penal e econômico pela Universidade de São Paulo, afirmou que as investidas podem resultar em crime de responsabilidade por parte do presidente. “O uso polí-

tico das Forças Armadas é absolutamente inaceitável em um contexto de normalidade democrática. As Forças Armadas têm papel constitucional de servir ao Estado brasileiro, não a qualquer interesse político circunstancial. Na hipótese de o presidente da República se valer de seu cargo, para manipular politicamente as Forças Armadas, é, inclusive, possível que se fale na prática de crime de responsabilidade e na instauração de processo de impeachment”, destacou.

Analista político do portal Inteligência Política, Melillo Dinis afastou a possibilidade de golpe, mas explicou que as tensões políticas trazem prejuízos ao país, e reduz o apoio de setores importantes. Ele destacou que o presidente não tem apoio internacio-

nal, tanto é que foi obrigado, finalmente, a trocar o ministro das Relações Exteriores. Também carece de respaldo do Congresso para um movimento de ruptura institucional, e sofre ressalvas de uma parcela do empresariado, que perderia muito com as consequências econômicas de um movimento como esse.

Para Melillo, a troca dos comandantes das Forças Armadas às vésperas do aniversário do golpe militar de 1964 ajudou a acirrar o clima. “Exceto uma coisa ou outra, o governo não entregou nada e piorou o cenário da pandemia. Só resta a ele esse tipo de cortina de fumaça. Esbravejar no poço de sua incompetência a iniquidade do discurso do golpe”, disse.

Colaborou Luiz Calcagno

Bolsonaro ataca PT na Defesa

» AUGUSTO FERNANDES
» SARAH TEÓFILO

Em meio à crise entre o governo e militares, após a demissão do general Fernando Azevedo do Ministério da Defesa e de todos os comandantes das Forças Armadas, o presidente negou que haja politização na área militar em live nas redes sociais ontem. A questão foi levantada após a demissão de Azevedo, apontando-se que a mudança promovida pelo presidente se deu por exigir um maior alinhamento político da pasta e das Forças, o que era rejeitado pelos fardados.

O ex-ministro, inclusive, pontuou no comunicado no qual anunciou a sua saída que preservou “as Forças Armadas como instituições de Estado”. Após sua saída, foram demitidos os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

“Houve especulação enorme da mídia, está politizando, quer fazer isso, quer fazer aquilo”. Curiosidade: ambos são generais do último posto da carreira, de quatro estrelas. Vocês sabem que um militar da ativa não pode ser filiado a partido político? Agora, eu estou politizando ao colocar generais do último posto dentro da Defesa? Quem acha que sim, vou responder aqui”, afirma Bolsonaro.

Em seguida, cita que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) colocou à frente da pasta, entre 2015 e 2016, o senador Jaques Wagner (PT-BA) e também Aldo Rebelo, que era do PCdoB. “Isso é politizar ou eu que estou politizando?”, questionou, dizendo que quando “estava sendo aparelhado com gente do PT, (a imprensa) não falava nada”.

O presidente elogiou o novo ministro, o general Braga Netto, que até então ocupava a chefia da Casa Civil. “Ele me conhecia, eu conhecia ele, só nós sabemos basicamente o motivo disso tudo, e morreu aqui essa história, não tem que se discutir nada, e (ele) foi para Defesa”, pontuou.

Repasso de verba

O presidente Jair Bolsonaro criticou, mais uma vez, a atuação de governadores para tentar conter a pandemia da covid-19 e acusou os líderes estaduais de desviar recursos fornecidos pelo Executivo a ações de enfrentamento à doença a fim de quitar débitos das suas gestões. “Dinheiro foi para estados e municípios, muito dinheiro, bilhões de reais, mas nós sabemos que muitos governadores e prefeitos usaram esses recursos para pagar folha atrasada, botar

Reprodução/Redes Sociais



Presidente também criticou a política de “fechar tudo” adotada por governadores: “Não sei o que se passa”

» Vacinado por último

Bolsonaro disse, durante a live, que ainda decidirá se irá se vacinar contra covid-19, e que a decisão será tomada depois que toda a população brasileira for imunizada. “Está uma discussão agora se eu vou me vacinar ou não vou me vacinar. Eu vou decidir. O que eu acho? Eu já contraí o vírus. Depois que o último brasileiro for vacinado, se tiver sobrando uma vacina, daí eu vou decidir se me vacino ou não. Esse é o exemplo que um chefe tem que dar. Igual no quartel. Geralmente, o comandante é o último a se servir. É o que dá exemplo a todos”, afirmou.

suas contas em dia, e não deram a devida atenção para a saúde no momento”, afirmou o presidente.

O mandatário disse ainda que o governo federal sempre fez a sua parte no combate ao novo coronavírus e que responsabilizar a sua gestão pelas mortes causadas pela doença “não é nada mais, nada menos do que má fé”. “Mortes, infelizmente, estão acontecendo. Mesmo que os governadores e prefeitos tivessem tomado as melhores medidas do mundo, nós saberíamos que as mortes ocorreriam”, acrescentou.

Bolsonaro voltou a reclamar das medidas que restringem a atividade do comércio e a circula-

ção de pessoas como forma de evitar a disseminação do vírus. Mesmo com unidades de terapia intensiva (UTIs) superlotadas, ele frisou que isso não é justificativa para lockdowns. “No meu entender, isso está equivocado”, opinou Bolsonaro.

O presidente continuou as críticas ao apresentar reportagens de jornais da Argentina mostrando que a pobreza no país já afeta 19 milhões de pessoas em razão das medidas restritivas adotadas pelo governo local. “O Brasil está indo no mesmo caminho. Não sei o que se passa pela equipe de alguns governadores que mantêm essa política de fechar tudo”, comentou.

Férias custaram R\$ 2,3 milhões

O presidente Jair Bolsonaro gastou ao menos R\$ 2,37 milhões em recursos públicos durante as suas férias, entre dezembro do ano passado e janeiro deste ano. As informações foram divulgadas pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e pela Secretaria-Geral da Presidência da República após pedido do deputado federal Elias Vaz (PSB-GO). Bolsonaro passou as férias em São Francisco do Sul (SC) e no Guarujá (SP).

Segundo ofício assinado pelo ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, a estimativa é de cerca de US\$ 185 mil em gasto total (ou aproximadamente R\$ 975,5 mil, observando a média do dólar no período em US\$ 5,19), somando manutenção e combustível, com transporte aéreo em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para os eventos privados do presidente no período em questão. Também foram gastos R\$ 202,5 mil com passagens aéreas e diárias a agentes públicos civis e militares, valor inserido no orçamento anual do gabinete do GSI.

A Secretaria-Geral da Presidência da República informou que o presidente gastou R\$ 1,19 milhão em despesas com hospedagem do presidente, sua família, convidados e toda a equipe de profissionais, alimentação e bebida consumidas por todos, entretenimento e despesa com locomoção terrestre ou aquática. (ST)